

# Estudo Técnico Preliminar 7/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23000.003122/2022-77

## 2. Descrição da necessidade

O Ministério da Educação utiliza, nos edifícios sob sua administração, em Brasília - DF, elementos de controle da luz solar direta em janelas e elementos fixos de vidro. Esse controle visa auxiliar a manutenção da temperatura dos ambientes e propiciar conforto visual e térmico aos servidores e demais colaboradores. Tem por finalidade, também, a preservação de móveis, equipamentos e demais objetos que possam ser danificados pela exposição contínua ao sol.

Nesse sentido, são necessários painéis deslizantes e persianas confeccionados em materiais apropriados para a função. Esses elementos, com o tempo e constância de uso, sofrem desgaste e perdem as condições ideais de utilização, necessitando de substituição ou reparos. O Ministério da Educação não possui, em suas dependências, os materiais e ferramentas necessários à fabricação dos painéis e persianas, nem dispõe de mão de obra para sua montagem e instalação.

A contratação de que trata este estudo tem por finalidade atender as demandas de manutenção e reparo de elementos de controle da luz solar nas dependências do MEC, bem como de melhoria do espaço e das condições ambientais.

Os quantitativos foram determinados de acordo com a estatística de uso e de atendimentos realizados pelo Ministério em anos anteriores, conforme processos relacionados abaixo:

PROCESSOS	DOCUMENTOS
23000.036086/2017-61	Contrato 17/2018 (SEI 1048778)
23000.037481/2018-41	Contrato 27/2019 (SEI 1760121)
23000.010863/2020-42	Contrato 10/2021 (SEI 2530449)

Foram realizadas análise das últimas 03 (três) contratações, sintetizadas no Quadro 1, informações essas levantadas pela área demandante, cujos documentos constam dos autos (SEI 3506963 e SEI 3506967) para a definição dos quantitativos de serviços e de materiais.

Quadro 1 - Histórico de Contratações

(TABELA)

Item	DESCRIÇÃO	Unidade	Contrato 17/2018		Contrato 27/2019		Contrato 10/2021	
			ESTIMADO	EXECUTADO	ESTIMADO	EXECUTADO	ESTIMADO	EXECUTADO
1	Painel tela microperf.	m²	1.500	1.499,13	1.500,00	201,16	750	332,49

2	Painel opaco	m²	800	267,39	800	76,6	400	115,41
3	Persiana vertical juta	m²	200	71,85	200	111,97	250	92,31
4	Trilho p/ painéis	m	150	13,2	150	0	150	8,8
5	Trilho p/ persianas	m	150	0	150	3,25	150	0
6	Remoção persianas / painéis	m²	400	338,37	400	191,35	400	6
7	Montagem painéis / persianas	m²	300	338,39	300	193,67	400	59,95
8	Conj. rodízios	un.	100	51	100	0	200	14
9	Corda 2 mm	m	50	3	50	0	50	0
10	Corrente PVC	m	50	3	50	0	50	0
11	Limpeza persianas	m²	400	114,35	400	0	400	217
12	Limpeza painéis	m²	200	290,24	200	0	400	0
13	Reparo / reajuste	m²	250	n/a	250	178,9	500	n/a
14	Ajuste de painéis	un.		n/a		n/a	800	290

Depreende-se da análise das últimas contratações que os quantitativos de serviços e materiais contratados nos exercícios de 2019 e 2021, foram menores em relação à contratação anterior, efetivada por meio do Contrato nº 17/2018. O principal motivo dessa redução se deu em razão da pandemia de COVID - 19. Além disso, a diminuição dos quantitativos após o primeiro contrato, ocorreu em razão do pouco desgaste e saturação dos materiais adquiridos na contratação do ano de 2018.

No ano de 2022, considerando que a maioria das peças estão preservadas, os quantitativos de serviços e materiais que se pretende contratar é bem menor em relação aos anos anteriores. Os quantitativos atuais refletem um ajuste dos quantitativos adquiridos nos últimos 03 (três) contratos acima citados, considerando o que foi estimado e executado. Também, levou-se em conta os itens que ainda estão em condições de uso. Afora isso, os quantitativos de materiais e serviços requeridos na presente contratação incluem itens novos que não correspondem às contratações anteriores. Isso ocorre não apenas em razão da deterioração de materiais e peças sofrida ao longo da execução do 3 (três) últimos contratos, mas também em vista da necessidade de reposição de materiais

que melhor se adequem às características e peculiaridades dos edifícios do Ministério da Educação, conforme demonstram os itens individualizados na tabela abaixo por unidade e metragem.

**Quadro 2 - Demanda atual - (SEI 3206724)**

**(TABELA)**

Item	Especificação	Un.	Quantidade prevista
1	<b>Fornecimento e instalação de cortina tipo painel deslizante em tela solar microperfurada</b> – composição 80% PVC e 20% fibra de vidro, abertura 3%, com 1,0 m de largura e altura entre <b>2,10 m e 2,35 m</b> , conforme local de instalação. Cor cinza. Instalada em trilhos de alumínio com 3 (três) canaletas, 3 (três) rodízios por painel e terminais de <i>nylon</i> com chapa metálica. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	un.	540,0
2	<b>Fornecimento e instalação de cortina tipo painel deslizante em tela solar microperfurada</b> – composição 80% PVC e 20% fibra de vidro, abertura 3%, com 1,0 m de largura e altura de <b>3,10 m</b> . Cor cinza. Instalada em trilhos de alumínio com 3 (três) canaletas, 3 (três) rodízios por painel e terminais de <i>nylon</i> com chapa metálica. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	un.	300,0
3	<b>Fornecimento e instalação de cortina tipo painel deslizante em tela opaca</b> – composição 75% PVC e 25% fibra de vidro, com 1,0 m de largura e altura entre <b>2,10 m e 2,35 m</b> , conforme local de instalação. Cor cinza. Instalada em trilhos de alumínio com 3 (três) canaletas, 3 (três) rodízios por painel e terminais de <i>nylon</i> com chapa metálica. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	un.	50,0
4	<b>Fornecimento e instalação de cortina tipo painel deslizante em tela opaca</b> – composição 75% PVC e 25% fibra de vidro, com 1,0 m de largura e altura de <b>3,10 m</b> . Cor cinza. Instalada em trilhos de alumínio com 3 (três) canaletas, 3 (três) rodízios por painel e terminais de <i>nylon</i> com chapa metálica. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	un.	120,0
5	<b>Fornecimento e instalação de persianas verticais</b> em lâminas de juta de 89 mm de largura, sistema de giro 180°, trilho de alumínio anodizado, acionamento por meio de corrente de aço. Cordas de recolhimento e giro de 2 mm. Corrente de base em PVC. Largura e altura variáveis conforme local de instalação. Cor a escolher. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	m <sup>2</sup>	350,0
6	<b>Fornecimento e instalação de trilho de alumínio</b> com 3 (três) canaletas, conforme modelo existente, para painéis deslizantes (itens 1 a 4).	m	150,0
7	<b>Fornecimento e instalação de trilho de alumínio anodizado</b> , conforme modelo existente, para persianas verticais (item 5).	m	150,0
8	<b>Instalação, com ajuste, de painéis</b> do estoque do MEC em trilhos já instalados.	un.	350,0
9	<b>Instalação, com ajuste, de lâminas avulsas de persianas</b> , do estoque do MEC, em trilhos já instalados.	un.	150,0
10	<b>Remoção, limpeza e reinstalação de painéis</b> do tipo descrito nos itens de 1 a 4.	m <sup>2</sup>	200,0

11	<b>Remoção, limpeza e reinstalação de persianas verticais</b> do tipo descrito no item 5.	m <sup>2</sup>	400,0
----	---	----------------	-------

A contratação deverá ser realizada por menor preço global.

#### Da justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços:

Este serviço terá execução de **forma parcelada**, sob demanda, já que os quantitativos apresentados no Termo de Referência são aproximados, resultado de projeções de utilização para o decorrer do ano, podendo ser totalmente ordenados ou não, de acordo com as necessidades do MEC.

Assim, considerando a possibilidade de aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência da Ata e a disponibilidade orçamentária a cada pedido de fornecimento, opta-se pelo fornecimento dos bens através do sistema de registro de preços, com fundamento no art. 3º, inciso II, do Decreto nº. 7.892/2013 c/c Decreto Federal 10.024/2019, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por grupo.

Ademais, o cálculo da quantidade é estimativo, pois é impossível definir, conclusivamente o que será demandado, portanto, com fundamento no inciso IV do art. 3º do Decreto 7.892/2013, estabelece-se que a melhor solução seria, de fato, adotar o SRP na licitação que se pretende deflagrar, estabelecendo o limite máximo por item.

Importante ressaltar que, com o SRP, busca-se: o (i) aumento da eficiência administrativa, já que haverá redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro; (ii) possibilidade de maior economia de escala, uma vez que outros órgãos e entidades podem participar da mesma ARP, contratando em conjunto os serviços, atendendo assim ao princípio da Economicidade; e, (iii) atendimento de demandas imprevisíveis.

É digno de nota que a existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços - ARP não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, ficando facultada a realização de licitação específica para a aquisição, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, conforme artigo 16, do Decreto encimado.

Nesta contratação, claramente se aplicam os incisos II e IV, do artigo 3º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

Conclui-se, portanto, que a indicação de contratação por SRP decorre da imprevisibilidade do serviço, que depende de solicitação de alteração de layout, em grande parte das vezes, e, da execução fracionada.

#### Do Sistema de Registro de Preços

A adoção do SRP trará os seguintes benefícios:

- Economia de escala, na medida em que um quantitativo maior de itens a serem adquiridos permitirá a negociação com fornecedores de preços mais vantajosos para os órgãos participantes;
- Agilidade das aquisições, visto que o Registro de Preços agiliza as contratações para os participantes e não participantes (a licitação estará previamente realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas, os preços e os respectivos fornecedores já estarão definidos);
- Independe de previsão orçamentária, visto que não há a obrigatoriedade da contratação, portanto, não há necessidade de se demonstrar a existência do recurso. Essa comprovação só é exigida para se efetivar a contratação, quando da efetivação da compra, no momento de uso dentro dos projetos;
- Proporciona a redução do número de licitações, considerando que os participantes e não participantes utilizarão o mesmo procedimento para contratar os serviços. O Registro dos Preços deste processo faculta não apenas a racionalização dos recursos financeiros, mas também integração e a otimização dos recursos no âmbito da Administração Pública;
- Redução da quantidade de processos licitatórios, ao mesmo tempo mantendo a transparência e a economia de recursos;
- Maior rapidez nas aquisições, garantindo a entrega muito mais rápida dos bens ou serviços contratados;
- Aumento da competitividade entre os licitantes, já que um licitante pode propor um preço mais vantajoso para a administração do que o preço do licitante vencedor; e
- Evita ou reduz perdas com o armazenamento ou estocagem.

As formas de adesão e participação serão detalhadas na Ata de Registro de Preços - ARP, que deverá seguir os padrões de minutas da Advocacia-Geral da União - AGU.

A ARP poderá ser cancelada a qualquer tempo, com base no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 12 do Decreto nº 7.892/2013, contados a partir da sua assinatura, não sendo admitida prorrogação.

Considerando que cada órgão adota um modelo de painel e persiana, levando em conta a especificidade dos itens, **dispensa-se a divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP.**

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	CARLA MACIEL DAMASCENO

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços serão executados nas instalações do Ministério da Educação em Brasília, Distrito Federal, conforme requisitos constantes abaixo:

O objeto da licitação tem a natureza de bens e serviços comuns, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

Não se trata de um serviço de natureza continuada, pois sua interrupção não compromete a continuidade das atividades da Administração e nem a necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

A impossibilidade de participação de empresas em consórcio se justifica por ser tratar de um serviço de menor vulto e de baixa complexidade técnica, que possui padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado.

O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

A empresa deverá fornecer garantia para os serviços prestados e materiais fornecidos, de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

A empresa será acionada para prestação da garantia dos serviços nos quais forem identificados qualquer tipo de problema, através do número da Ordem de Serviço e do Controle de Garantia.

O fornecimento será sob demanda.

O mecanismo de comunicação entre o órgão e a prestadora de serviço deve ser, principalmente, o correio eletrônico. Outros meios de comunicação poderão ser realizados, desde que seja possibilitado o registro por escrito.

A metodologia a ser utilizada para avaliação da qualidade dos serviços será definida conforme Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

A CONTRATADA deverá garantir que, sempre que um serviço for solicitado, sua execução se dê em conformidade com o que for descrito na respectiva Ordem de Serviço - OS.

A empresa responderá pelos materiais, vícios de qualidade e/ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitada as variações decorrentes de sua natureza.

A empresa estará obrigada a substituir o material ou serviços que se encontrem com vício, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data do recebimento da notificação, por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, observando fielmente as características dos materiais exigidas.

A contratada deve arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos de seus empregados que advenham da sua contratação.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

O objeto deste estudo enquadra-se, minimamente, nos termos das seguintes normas legislativas:

- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subsequentes, que instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor;
- Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências;
- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, altera dispositivos das Leis: nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal;
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;
- IN SEGES/MPOG nº 05, de 25 de maio de 2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Portaria MEC nº 120, de 09 de março de 2016, publicada no DOU, em 10 de março de 2016, que institui o rito do processo administrativo de apuração de responsabilidades dos fornecedores no âmbito deste Ministério;
- Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 5ª Edição, JUL/2022.

## 5. Levantamento de Mercado

Diversas empresas estão aptas a participar da solução a ser CONTRATADA, por se tratar de serviços comuns, disponíveis no mercado. Foram analisadas contratações de serviços similares feitas por outros órgãos federais, por meio de consultas ao sistema PAINEL DE PREÇOS, e considerando somente os itens compatíveis com os da contratação pretendida, foram identificadas as seguintes empresas que participaram de processo de contratação na Administração Pública.

EMPRESA	CNPJ
NM Confeccões	03.835.661/0001-25
Nova Forma	04.473.395/0001-09

JR Decorações

00.857.865-0001-79

A solução que atende às necessidades da administração é a contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, remanejamento e reparos de painéis e persianas.

## 6. Descrição da solução como um todo

Os prazos para atendimento das demandas serão contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços - OS assinada.

A CONTRATADA deverá obedecer aos seguintes prazos para o atendimento:

### **Serviços e materiais envolvendo mão de obra para ajuste, desmontagem ou montagem, sem fornecimento de material:**

Até 30,0 m<sup>2</sup> ou 10 (dez) unidades: prazo de 24h (vinte e quatro horas);

Acima de 30,00m<sup>2</sup> / 10 (dez) unidades e até 90,00m<sup>2</sup> / 30 (trinta) unidades: prazo de 3 (três) dias corridos;

Acima de 90,00m<sup>2</sup> / 30 (trinta) unidades e até 240m<sup>2</sup> / 80 (oitenta) unidades.: prazo de 7 (sete) dias corridos;

Acima de 240m<sup>2</sup> / 80 (oitenta) unidades: prazo a ser negociado entre a CONTRATADA e o MEC.

### **Serviços e materiais envolvendo fornecimento de peças novas e montagem:**

Até 150,00m<sup>2</sup>: prazo de 10 (dez) dias corridos;

Acima de 150,00m<sup>2</sup> e até 300,00m<sup>2</sup>: prazo de 20 (vinte) dias corridos;

Acima de 300,00m<sup>2</sup>: prazo a ser negociado entre a CONTRATADA e o MEC.

### **Serviços de limpeza de painéis e persianas, incluindo desmontagem e reinstalação:**

Até 25,0 m<sup>2</sup>: prazo de 5 (cinco) dias úteis;

Acima de 25,00m<sup>2</sup> e até 100,00m<sup>2</sup>: prazo de 10 (dez) dias corridos.

Acima de 100,00m<sup>2</sup> e até 250m<sup>2</sup>: prazo de 15 (quinze) dias corridos.

Acima de 250m<sup>2</sup>: prazo a ser negociado entre a CONTRATADA e o MEC.

Será finalizado o prazo de atendimento quando do término da instalação de todos os materiais, nas quantidades e locais determinados na respectiva Ordem de Serviços.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, independentemente da aplicação de penalidades.

Os serviços a serem contratados serão executados por demanda, preferencialmente durante o horário normal de expediente do Ministério da Educação, com exceção de ambientes em que possam causar interrupção do trabalho dos servidores, caso em que a manutenção e/ou instalação poderão ser realizados em fins de semana ou horário noturno, a depender de autorização da área responsável.

A permanência de prepostos e colaboradores da CONTRATADA nas dependências do MEC se dará apenas durante o tempo de execução de suas tarefas, não havendo jornada de trabalho a ser determinada.

Ficará a cargo da CONTRATADA determinar a quantidade de mão de obra necessária à prestação dos serviços dentro dos prazos estipulados em contrato.

As edificações atendidas serão:

Edifício Sede do Ministério da Educação, localizado na Esplanada dos Ministérios Bloco "L", Brasília-DF;

Edifício Anexos I e II do Ministério da Educação;

Edifício do Conselho Nacional de Educação - CNE; e

Edifício Garagem do Ministério da Educação.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Segue na tabela abaixo os serviços a serem prestados e seus quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	<b>Fornecimento e instalação de cortina tipo painel deslizante em tela solar microperfurada</b> – composição 80% PVC e 20% fibra de vidro, abertura 3%, com 1,0 m de largura e altura entre <b>2,10 m e 2,35 m</b> , conforme local de instalação. Cor cinza. Instalada em trilhos de alumínio com 3 (três) canaletas, 3 (três) rodízios por painel e terminais de <i>nylon</i> com chapa metálica. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	Unid.	540
2	<b>Fornecimento e instalação de cortina tipo painel deslizante em tela solar microperfurada</b> – composição 80% PVC e 20% fibra de vidro, abertura 3%, com 1,0 m de largura e <b>altura de 3,10 m</b> . Cor cinza. Instalada em trilhos de alumínio com 3 (três) canaletas, 3 (três) rodízios por painel e terminais de <i>nylon</i> com chapa metálica. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	Unid.	300
3	<b>Fornecimento e instalação de cortina tipo painel deslizante em tela opaca</b> – composição 75% PVC e 25% fibra de vidro, com 1,0 m de largura e altura entre <b>2,10 m e 2,35 m</b> , conforme local de instalação. Cor cinza. Instalada em trilhos de alumínio com 3 (três) canaletas, 3 (três) rodízios por painel e terminais de <i>nylon</i> com chapa metálica. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	Unid.	50
4	<b>Fornecimento e instalação de cortina tipo painel deslizante em tela opaca</b> – composição 75% PVC e 25% fibra de vidro, com 1,0 m de largura e <b>altura de 3,10 m</b> . Cor cinza. Instalada em trilhos de alumínio com 3 (três) canaletas, 3 (três) rodízios por painel e terminais de <i>nylon</i> com chapa metálica. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	Unid.	120
5	<b>Fornecimento e instalação de persianas verticais</b> em lâminas de juta de 89 mm de largura, sistema de giro 180°, trilho de alumínio anodizado, acionamento por meio de corrente de aço. Cordas de recolhimento e giro de 2 mm. Corrente de base em PVC. Largura e altura variáveis conforme local de instalação. Cor a escolher. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	m²	350
6	<b>Fornecimento e instalação de trilho de alumínio</b> com 3 (três) canaletas, conforme modelo existente, para painéis deslizantes (itens 1 a 4).	m	150
7	<b>Fornecimento e instalação de trilho de alumínio anodizado</b> , conforme modelo existente, para persianas verticais (item 5).	m	150
8	<b>Instalação, com ajuste, de painéis</b> do estoque do MEC em trilhos já instalados.	Unid.	350
9	<b>Instalação, com ajuste, de lâminas avulsas de persianas</b> , do estoque do MEC, em trilhos já instalados.	Unid.	150
10	<b>Remoção, limpeza e reinstalação de painéis</b> do tipo descrito nos itens de 1 a 4.	m²	200

11	Remoção, limpeza e reinstalação de persianas verticais do tipo descrito no item 5.	m <sup>2</sup>	400
----	--	----------------	-----

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.134.130,00

A estimativa de preços e o valor máximo que o MEC se propõe a pagar para os serviços a serem contratados é de até **R\$ 1.134.130,00 (um milhão, cento e trinta e quatro mil cento e trinta reais)**.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O art. 24 da IN 5/2017 prevê a possibilidade de a Administração definir nos Estudos Técnicos Preliminares, que serviços distintos podem ser licitados e contratados conjuntamente, desde que formalmente comprovado que: I - o parcelamento torna o contrato técnica, econômica e administrativamente inviável ou provoca a perda de economia de escala; e II - os serviços podem ser prestados por empresa registrada e sob fiscalização de um único conselho regional de classe profissional, quando couber.

A licitação para contratação deste objeto em único grupo se justifica pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, uma vez que a eventual opção por vários fornecedores aumentaria significativamente os riscos de incompatibilidade tecnológica ou descontinuidade da padronização, pela oferta ao usuário da possibilidade de em um único e mesmo canal de chamado tratar sobre mais de um produto, por meio de solução global propiciada por central de atendimento única, evitando dificuldades gerenciais/operacionais e, consequentes aumentos dos custos operacionais e orçamentários. Além disso, os itens apresentam caráter de interdependência em sua aplicação. Uma única CONTRATADA deve ser responsável pelo fornecimento de todo material e equipamento previsto para a contratação, de modo a não prejudicar a execução operacional das atividades e evitar uma série de possibilidades de falhas, desacordos e desentendimentos entre as partes, que poderiam estar envolvidas em uma contratação com objeto parcelado.

O parcelamento do objeto, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993, neste caso, não se demonstra técnica e economicamente viável. A licitação para contratação deste objeto em único grupo visa, tão somente, garantir a gerência segura da contratação, a qualidade e eficiência da prestação dos serviços aos públicos-alvo e, principalmente, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), exercício 2023, itens 18.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pronto atendimento das demandas, qualidade dos materiais fornecidos, proporcionando conforto térmico e de luminosidade das áreas de utilização dos materiais.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adequação do Órgão pra a contratação.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Para amenizar possíveis impactos ambientais a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, à Lei nº 12.187/2009, incisos IV, VI a VII do art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Lei nº 12.305/2010 e ao Decreto nº 7746/2012;

Os bens devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Os resíduos recicláveis descartáveis serão separados na fonte geradora e destinados a associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, onde será procedida a coleta seletiva para reciclagem, nos termos do Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006.

A CONTRATADA deverá ainda observar no que couber o art. 6º da IN nº 01/2010 do MPOG:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V – realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI – realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante dos estudos realizados para contratação em tela, considerando que os serviços são usuais e comuns para a Administração Pública, e que a pesquisa de mercado identificou fornecedores e preços vantajosos, declaramos a viabilidade técnica e econômica da contratação.

O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada por meio do DESPACHO Nº 815/2022/GAB/CGLC/SAA-MEC (SEI 3345114).

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: DESPACHO Nº 815/2022/GAB/CGLC/SAA-MEC

**ESROM GONCALVES RODRIGUES**

Servidor

Despacho: DESPACHO Nº 815/2022/GAB/CGLC/SAA-MEC

**JAIME BATISTA BELEM**

Servidor

Despacho: DESPACHO Nº 815/2022/GAB/CGLC/SAA-MEC

**RENATO CÂMARA FERNANDES DE OLIVEIRA**

Servidor

Despacho: DESPACHO Nº 815/2022/GAB/CGLC/SAA-MEC

**WLADIMIR XAVIER DEZOUZART DRUMMOND**

Servidor